

Atos Oficiais

Decreto Nº. 7.209 de 26 de Agosto de 2021.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar

Clóvis Volpi, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei nº. 6.517 de 02 de dezembro de 2020

DECRETA:

Art. 1º- Fica aberto no Departamento de Controle Orçamentário da Secretaria de Finanças, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.170.000,00 (Um milhão cento e setenta mil reais) destinados a atender as seguintes dotações do orçamento vigente, assim classificadas:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	Valor
02.05.01	28.843.0000.0.180	3.2.91.21.00	Juros sobre a Dívida por Contrato Intra Orçamentária	140.000,00
02.05.01	28.843.0000.0.180	4.6.91.71.00	Principal da Dívida Contratual Resgatada Intra Orçamentária	450.000,00
02.10.02	08.244.0106.2.370	3.3.90.48.00	Outros Auxílios Financeiros à Pessoa Física	580.000,00
			TOTAL	1.170.000,00

Art. 2º- O valor do crédito adicional suplementar indicado no Artigo 1º, será coberto com redução parcial das seguintes dotações do orçamento vigente, assim classificadas:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	Valor
02.07.02	15.451.0015.2.136	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas Pes. Civil	580.000,00
02.16.01	15.452.0015.2.136	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas Pes. Civil	590.000,00
			TOTAL	1.170.000,00

Art. 3º- Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 26 de agosto de 2021 – 307º. Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO
Secretário de Finanças e Administração

Publicado no Órgão de Imprensa Oficial
Processo n.º 128/2021

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 016/2021 (Origem nº 016/2021)

Carta Convite nº 003/2021

Contratante: Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires

Contratada: Church Transporte e Locação de Veículos Ltda.

Objeto: Remoção de muro, movimentação de terra, alinhamento e nivelamento de piso nas dependências do prédio do Plenário da Câmara Municipal, com fornecimento de materiais e mão-de-obra com fornecimento de materiais e mão-de-obra.

Vigência: O presente Contrato terá vigência até a assinatura do termo de entrega, observado o item 9.2.4 do Edital

Valor Global: R\$ 56.080,00

PORTARIA Nº. 32.897, DE 31 DE MAIO DE 2021. REVOGAR a Portaria nº 32.275, de 14 de dezembro de 2020 e APURAR os fatos relacionados ao abuso de autoridade relatados nos autos do Processo Administrativo nº. 758/2020. A apuração será conduzida pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil, nomeada por meio da Portaria 32.749 de 26 de março de 2020, que deverá apresentar o relatório final no prazo disposto no artigo 142 da Lei nº4.217/98, podendo ser prorrogado por igual período. Processo 758/2020

PORTARIA Nº. 33.304, DE 17 DE AGOSTO DE 2021. APURAR em face dos Servidores GCM10183 ENÉIAS FALEIROS DE SOUZA, por supostamente ter infringido o artigo 107 da Lei Municipal 4.217/98, inciso III – Deixar de cumprir determinações superiores, exceto quando manifestadamente ilegais; bem como, inciso IX – Deixar de manter o espírito de cooperação e solidariedade com os colegas de trabalho; Artigo 3º do Decreto 5.038/2001, Inciso V –d) Deixar de responder hierarquicamente aos encarregados e a quem os sucederem na ordem hierárquica, artigo 61 da Lei 6093/2006, incisos VII – Deixar de executar os serviços que lhe competirem e desempenhar com eficácia, zelo e presteza os trabalhos de que for, incumbido, inciso XI – Deixar de manter a cooperação e solidariedade em relação aos companheiros de trabalho. GCM FCD2935 – Nanci Aparecida Leal Miralhas, por ter infringido o artigo 107 da lei municipal 4.217/98. Inciso II – Deixar de executar os serviços que lhe competirem e desempenhar com zelo e dedicação os trabalhos que lhe forem incumbidos, Artigo 3º do Decreto 5.038/2001, inciso IV – g) deixar de realizar intermediação entre o posto de serviço e os guardas, h) não cumprir os procedimentos de trabalho; Artigo 61 da Lei 6.093/2016, inciso II – Deixar de cumprir o rigoroso cumprimento das obrigações inerentes ao seu cargo ou emprego ou emprego, bem como das ordens recebidas; VII – Deixar de executar serviços que lhe competirem e desempenhar com eficácia, zelo e

presteza os trabalhos de que forem incumbidos; XI – Deixar de manter cooperação e solidariedade em relação aos companheiros de trabalho. A apuração será conduzida pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Segurança, Mobilidade Urbana e Defesa Civil, nomeada por meio da Portaria 32.749 de 26 de março de 2021, que deverá apresentar o relatório final no prazo disposto no artigo 142 da Lei nº4.217/98, podendo ser prorrogado por igual período.

Presidente: RENATA POLICASTRO

Membros: ANTONIO CARLOS DE BRITO ARAÚJO; MARIA ELIVÂNIA GOMES DE MOURA

Processo 4949/2020

PORTARIA Nº. 33.242, DE 02 DE AGOSTO DE 2021. REVOGAR a Portaria nº. 29.817, de 10 de agosto de 2018 e APURAR em face do funcionário GERSON LUIS DA SILVA, Guarda Civil Municipal, lotado na Secretaria de Segurança Pública, para apuração de suposta violação aos Artigos 107, incisos I e IX, da Lei Municipal nº. 4.217/98, e artigo 4º, incisos II, do Decreto Municipal nº5.038/2001 por não ser assíduo e pontual; não manter o espírito de cooperação e solidariedade com os colegas de trabalho; não estar em seu posto de serviço no horário escalado, totalmente fardado, armado ou de acordo com as ordens do seu superior hierárquico, à vista do que consta nos autos do Processo Administrativo nº. 1886/2019. A apuração será conduzida pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Segurança, Mobilidade Urbana e Defesa Civil, nomeada por meio da Portaria 32.749 de 26 de março de 2021, que deverá apresentar o relatório final no prazo disposto no artigo 142 da Lei nº4.217/98, podendo ser prorrogado por igual período.

Presidente: RENATA POLICASTRO

Membros: ANTONIO CARLOS DE BRITO ARAÚJO; MARIA ELIVÂNIA GOMES DE MOURA

Processo 2992/2016

Edital de Notificação.

Em cumprimento ao disposto no artigo 67 inciso III da Lei 5.104/07, foi realizado Levantamento Fiscal referente à Inscrição Municipal nº 1009790 de CENTRAL MAXISEG MONITORAMENTO EIRELI, CNPJ 20.784.166/0001-53, sendo fiscalizado o período de 11/2015 a 08/2020, através do Termo de Ocorrência de Fiscalização nº 67/2021, sendo que foram geradas as notificações nº 213/2021, 214/2021, 215/2021, 216/2021, 217/2021, 218/2021 e os Autos de infração nº 9687/2021, 9688/2021, 9689/2021, 9690/2021, 9691/2021 e 9692/2021. Processo Administrativo nº 1258/2019. Prazo para recurso 30 (trinta) dias contados a partir da publicação deste edital. Ednaldo Neri da Silva, Agente Fiscal de Tributos, Reg. 10033.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 926, DE 09 DE SETEMBRO DE 2.021. VEREADOR LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI, Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, nos termos do inciso IV, do Artigo 17, da Lei Orgânica do Município, promulga o seguinte Decreto Legislativo: Concede o título de cidadão Ribeirãopirense ao Excelentíssimo Senhor Rodrigo Garcia, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. (Autoria: Vereador Luiz Gustavo Pinheiro Volpi). Art. 1º- Fica concedido o título de cidadão Ribeirãopirense ao **Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado de São Paulo, Rodrigo Garcia**, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. Art. 2º - A Presidência da Câmara fica autorizada a expedir o título concedido nos termos do artigo anterior, a fim de ser entregue ao ilustre homenageado. Art. 3º - As despesas com a execução deste Decreto Legislativo correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessária. Art. 4º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Câmara Municipal de Ribeirão Pires, 09 de setembro de 2021. – 67º Ano da Instalação do Município. Vereador Luiz Gustavo Pinheiro Volpi – Presidente. Publicado no órgão oficial e na Portaria da Câmara Municipal na mesma data. Vicente Carlos de Souza Titico - Secretário Geral. Proc. 108/2021